

Pauta cheia impede votação do IPTU

JOÃO PITELLA JUNIOR

Por causa do excesso de projetos na fila, os deputados distritais não conseguiram ontem começar a votar o IPTU de 2001, que terá um reajuste médio de 3% a 4% em todo o Distrito Federal. Hoje, a bancada governista vai fazer uma nova tentativa, mas a oposição quer ganhar tempo apresentando emendas ao IPTU. De qualquer maneira, a aprovação do IPTU não deve passar desta semana, pois o Buriti conta com os votos favoráveis de 16 dos 24 deputados.

Entre os projetos que aguardam na fila está o que cria uma nova jornada de trabalho para os enfermeiros da rede pública (a carga semanal será reduzida de 30 para 24 horas). Dezenas de enfermeiros passaram toda a manhã

nas galerias da Câmara exigindo a votação da matéria, que ficou para hoje. Em compensação, os deputados conseguiram "limpar a pauta" apreciando uma série de vetos do governador. Joaquim Roriz a projetos que haviam sido aprovados antes pela Câmara. Dos seis vetos de Roriz, quatro foram mantidos e dois foram derrubados.

Um deles diz que serão reservadas áreas públicas para a instalação de máquinas automáticas de câmbio, onde os turistas poderão trocar reais por dólares e vice-versa. Elas funcionarão como as caixas eletrônicas dos bancos. A idéia foi da deputada Maria José Maninha (PT).

Uma outra votação de

aumento de impostos — a do ICMS — ficou para a próxima semana. O governo resolveu estudar melhor o reajuste da alíquota para o setor de perfumaria e cosméticos, que pularia de 17% para 25%. Segundo empresários do ramo, este aumento (o mesmo que será cobrado das bebidas) poderia elevar os preços para o consumidor final dos artigos de beleza em 30%. O secretário

da Fazenda, Valdivino Oliveira, conversou com os empresários e concordou em avaliar melhor a questão.

"Em vez de aumentar a alíquota, bastaria o GDF cobrar o imposto no momento da entrada dos produtos em Brasília; assim, a base de arrecadação do imposto ficaria

maior, pois os *sacoleiros* também teriam que pagar", argumenta Felipe de Faria, dono da Drogaria Distrital, que tem uma seção especializada em artigos de perfumaria. "Seria uma forma de aumentar a arrecadação do governo sem prejudicar os empresários nem os consumidores", explica ele. Valdivino disse que

gostou da idéia e vai estudá-la.

Em 1997, a alíquota do ICMS deste setor caiu de 25% para os atuais 17%. "Graças a isto, a arrecadação e o número de lojas cresceram em 30%. Agora não faria sentido voltar atrás e punir um segmento da economia que está gerando empregos", ressalta Álvaro José da Silveira, dono da Drogaria Rosário.

► Buriti conta com número de votos favoráveis para aprovar a matéria